



NOSSA VOZ

ÓRGÃO (IN)FORMATIVO DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ



VOL 09 - Nº 45 - MAI/JUN DE 2025

JORNADA DE TRABALHO E FIM DA ESCALA 6X1: QUE DEBATES PODEM SER FEITOS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL?



O movimento sindical historicamente tem como os seus elementos principais de mobilização as melhorias das condições de trabalho da classe trabalhadora. Dentre eles os elementos principais são o teto de jornada, o piso remuneratório, questões de segurança do trabalho. Mas evidentemente que não só questões como essas, mas também outras como o aumento salarial, a valorização do trabalho, os direitos sociais previdenciários, a organização coletiva, os direitos à greve, a distribuição de renda e justiça social também são elementos chaves.

O teto de jornada talvez seja, de fato, aquele que conseguiu mobilizar, pelo menos nesses dois séculos, mais esforços da luta da classe trabalhadora pós-revolução industrial, onde inicialmente a própria jornada de 8 horas semanais era colocada como uma reivindicação histórica central. É evidente que essa evolução vem sendo feita também no Brasil de uma forma singular, sobretudo desde a Constituição de 1934. Daí então foram 54 anos de luta de mobilizações de discussões legislativas e políticas, inclusive, até que se chegou na Constituição de 1988, a partir também de um esforço dos movimentos sociais, e no artigo 7º, então, ficou regulamentado a jornada de 44 horas semanais e 8 horas diárias.

Esse é um debate que chega ao Congresso Nacional atualmente através de variadas propostas. A última a ser protocolada, mas talvez aqui tenha mais visibilidade, de fato, seja a PEC 8 de 2025, da deputada Érica Hilton do PSOL de São Paulo que reduz para 36 horas semanais com jornada de 4 dias por semana admitindo compensação via acordo ou convenção coletiva essas propostas. Também, atualmente, a proposta que está mais avançada nessa tramitação é a proposta de Emenda à Constituição nº 148 de 2015, que foi protocolada pelo senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Contudo, é um debate que já é feito pelo Movimento dos Trabalhadores há bastante tempo pelas centrais sindicais, por representantes da classe trabalhadora divididas em diversos partidos principalmente partidos mais do espectro à esquerda no parlamento. Conforme vem avançando esse debate no Congresso Nacional a gente começa a entrar na discussão que tá sendo feita.

Para o SINSERPUMI, para além dos dados de agravantes condições de jornadas pelo Brasil, em diferentes dimensões de intensidade, distribuição e duração que precisam ser revistos e refeitos, a discussão contemporânea, em torno da redução da jornada, o fim da escala 6x1, além de impactos na qualidade do trabalho e na produção, como atesta muitos estudos, se reverte em medidas de saúde pública, de proteção coletiva, de menor tempo de exposição a riscos ambientais do trabalho. Na mesma linha é uma ação de prevenção ao adoecimento mental, por conta de longas jornadas contínuas e ausência de tempo adequado de descanso. O esforço maior na jornada. ao nosso ver, configura formas de penosidade social e potencializam o burnout, a ansiedade e outros transtornos mentais. É mais tempo ao descanso, mais tempo ao lazer, mais tempo de sociabilização.

A nossa defesa de trabalhadores tem que ser a de que trabalhadores mais descansados, com menor incidência de agravos à saúde, com menor índice de absenteísmo, resultam em maior produtividade para seus locais de trabalho. Aliado a isso, reivindica-se que para aumentar a produtividade é necessário maior tempo para a qualificação profissional, investimento em infraestrutura, investimento nas condições de trabalho.

No escopo desse pequeno ensaio inicial de debate, que discussões podem ser feitas no campo do serviço público municipal? Algumas jornadas, já especificada em legislação federal, podem ser discutidas e universalizadas em nível municipal? outras podem se manter como se pede os dispositivos da ordenação legal? Que medidas coletivas podem ser debatidas?



FICHA TÉCNICA



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE:

Francisco Celestino Cavalcante

VICE-PRESIDENTE:

Enock Douglas Roberto da Silva

SECRETÁRIO GERAL:

Marco Rubenio Braga

2º SECRETÁRIO GERAL:

Marcos Sérgio Carvalho Rebouças

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

João Francisco Rodrigues da Silva

2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Daniel Batista da Costa Silva

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Clotenir Damasceno Rabelo

2ª SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL:

Francisco Alexandre da Cruz

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Maria de Lourdes Melo Damasceno

2º SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

Elita Miranda de Souza

CONSELHO FISCAL:

Raimundo Nonato de Farias

Maria de Lourdes da Silva

Maria Bethânia Mendes Araújo

Aldalena Fiúza Costa Moura

Najara Valente de Miranda



Campanha de Filiação 2025

"SINDICALIZE-SE COLEGA! JÁ TÁ NA HORA!"

Apresente um(a) colega para se filiar ao SINDSERPUMI e concorra a prêmios!

Veja regulamento no site da entidade e no site da formação sindical

**AVASIND
SERPUMI**



EDITORIAL



O encerramento do 1º semestre coleciona para a nossa entidade sindical importantes conquistas, mas também pautas travadas e desacertos no avanço dos pontos da campanha salarial de 2025. Reajuste salarial, progressões, negociações com o governo satisfatórias, mas também desalinhamentos entre o que se reivindicou e o que se efetivamente realizou. É o tempo da paciência histórica no processo. Nossos boletins maio-junho tem esse sentimento.

Na tentativa de participar do debate, o ensaio de capa traz recortes do tema do movimento pelo fim da escala 6x1, muito a título de informe, com dados preliminares apenas, mas lançando um questionamento sobre o debate da jornada no serviço público municipal.

No seguimento ao tema da jornada, o segundo texto tenta trazer o debate mais localizado sobre a jornada de trabalho de trabalhadores municipais que atuam em regime de plantão no município em suas diversas categorias. Em tempo, alguns consensos começam a ser testados no assunto.

Os novos passos dados na luta para restabelecer o lastro financeiro do ICAPREV e mitigar o déficit atuarial em voga é o tema do terceiro texto, como uma expressão de que a negociação e as conquistas levam tempo e exigem lutas de todos. Logo a seguir na página um breve informe da conquista da homologação de aposentadoria de 17 servidores e servidoras.

Finalizando nosso atual boletim, textos diversos se entrelaçam na última página. Primeiro, uma breve tentativa de esclarecer a questão do 1/7 avos de contribuição da Câmara Municipal ao ICAPREV; segundo, para nosso acompanhamento e agregação à luta, o último texto nos memoriza os acordos e encaminhamentos da última audiência pública sobre o movimento para dirimir o déficit atuarial do ICAPREV e, no final, pequenos informes de agendas, férias e outros assuntos em voga nesses dias.

Aos que vão descansar, boas férias e, aos demais, força e esperança na luta que continua!

A Diretoria



JORNADA DE TRABALHO DOS PLANTONISTAS DA SAÚDE



O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI, desde muito tempo, vem fazendo com representantes de algumas categorias da saúde, em especial aqueles que trabalham como plantonistas, para definir concretamente qual seria essa jornada alinhada a todos e todas servidores(as) nessa condição. Isoladamente, alguns buscam regularizar isso e, por vezes, sem a anuência e participação da entidade.

Mas, recentemente, servidores da enfermagem, motoristas de ambulância e demais tem buscado junto ao governo municipal e secretaria da saúde, um desenho específico de jornada e benefícios particulares que se confrontam com as realidades e direitos das demais categorias na mesma situação, proposta que o SINDSERPUMI não comunga porque defende que a alteração e adequação da jornada seja feita de forma ampla em legislação que traga o benefício de um novo desenho que contemple a todas as categorias que trabalham nas mesmas condições igualmente e sem privilégios para uns e outros não.

Na oportunidade dessas reuniões, também estiveram presentes no gabinete do governo a secretaria de saúde Nathalia Rats e o procurador do município Dr. Bruno Barbosa, para discutir sobre a carga horária daqueles servidores que trabalham em regime de plantão. A primeira rodada de discussões (10/06), em função da falta de consenso, ficou agendada uma nova reunião para o dia 23/06, para que o governo pudesse apresentar o impacto financeiro das propostas em discussão e chegarmos a um denominador comum.

Por ocasião da 2ª rodada de negociação, com a presença do sindicato, o governo aceitou, a princípio, uma proposta dos servidores do hospital para um acordo no sentido de estabelecer uma carga horária a menor do que a praticada atualmente, até que o governo veja a possibilidade de uma legislação que contemple a todas as categorias que trabalham em regime de plantão.

SINDSERPUMI

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ICAPUÍ
Rua Engenheiro Francisco de Assis Filho, 545 – Centro –
CEP: 62.810-000 – Icapuí – CE – CNPJ: 88.941.598/0001-39
Fone: (88) 3432-1037 – www.sindicapui.org.br /
sindicapui@yahoo.com.br – Fundado em 19 de novembro
de 1993



PL DO CUSTEIO DO ICAPREV: OS PASSOS DADOS E A CONTINUAÇÃO

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI, Celestino Cavalcante, esteve no dia 17/06, na Câmara Municipal, dialogando com os vereadores a respeito do PL 008/25 (PL de custeio) encaminhado pelo executivo ao poder legislativo.

O referido PL foi desidratado em relação ao projeto anterior e às propostas feitas na última audiência sobre o assunto, visto que a questão da autonomia na gestão do ICAPREV e a desapropriação de prédios em desuso em favor do instituto, presentes no PL anterior, não consta no PL atual. O projeto foi encaminhado pelo governo nesse novo formato e votado na Câmara Municipal no último dia 18 de junho com a provação.

É inequívoca a importância da aprovação do PL de custeio, mas sem a autonomia para uma efetiva governança e algumas novas medidas de financiamento se torna uma medida proforma para efeito de CRP e pouca efetividade na correção no déficit atuarial, principal objetivo do PL de custeio.

Ainda assim, é possível falar de conquista. É mais uma medida no sentido de dirimir o déficit atuarial do Instituto de Previdência como se vinha defendendo. O PL em questão aprovado contempla duas proposituras que visam melhorar o lastro financeiro do ICAPREV. Entre elas estão: 1) a alíquota suplementar de 2% e 2) a renúncia por parte do governo municipal do imposto de renda sobre os precatórios do magistério. Mesmo não contemplando duas proposituras do plano de custeio anterior, como citados acima, o PL atual é de suma importância no processo de mitigação do déficit atuarial do ICAPREV.

Precisamos agora continuar para que possamos encontrar novas medidas que indiquem novas fontes de financiamento, muitas delas já apontadas na última audiência realizada na Câmara Municipal. Dentre essas medidas estão o 1/7 avos do duodécimo da Câmara.

A luta para restabelecer o lastro financeiro do ICAPREV é uma luta contínua e de todos e todas que precisa ser feito a cada dia.

APOSENTADORIA: SEGURANÇA?

Na manhã do dia 18/06, aconteceu a homologação de aposentadoria de 17 servidores, momento de extrema alegria para todos aqueles que dedicaram grande parte das suas vidas a servir a população de Icapuí. É preciso que se diga que apesar de todos fazerem jus com muita honra a esta merecida aposentadoria, ela não significa a garantia de que teremos a tranquilidade de usufruirmos esta posição de forma passiva. Será preciso ainda muita luta para que tenhamos os nossos direitos garantidos a contento. Se temos direito atualmente é porque alguém lutou!

1/7 AVOS DO DUODÉCIMO DA CÂMARA PARA O ICAPREV: O QUE É ISSO?

A implementação do 1/7 avos do duodécimo da Câmara Municipal em favor do ICAPREV, é uma das medidas apresentadas pelo SINDSERPUMI, como uma das novas fontes de financiamento com vistas à redução do déficit atuarial do instituto e, entre outras propostas, é um assunto ainda arisco e de difícil entendimento por parte dos integrantes da Casa Legislativa e por muitos de nós. Nos termos dos dados atuais levantados pela equipe do SINERPUPI, o repasses que constituem o duodécimo alcançaram em 2023 a cifra de R\$ 4.702.791,71 anual, e em 2025, o valor previsto é de R\$ 6.335.000,00.

De modo geral, considerando o crescimento do duodécimo da Câmara nos últimos 2 anos, o duodécimo mensal em 2023 foi de R\$ 390.000, e o duodécimo mensal em 2025 está em R\$ 469.00. Um crescimento de 20,26%.

O que as propostas feitas para o custeio do ICAPREV sugere à Câmara Municipal é compor, junto com as demais estratégias, uma ação de contribuição que corresponda a 1/7 do duodécimo, sobretudo porque

PROPOSIÇÕES DA AUDIÊNCIA DO ICAPREV PARA PLANO DE CUSTEIO

A última audiência pública realizada pela Câmara Municipal em parceria com o Sindicato dos Servidores Municipais (SINDSERPUMI) foi considerada de importante serviço e produtora de valiosos resultados. Do conjunto dos debates ocorrido, alguns pontos de encaminhamento foram retirados em consenso como segue:

1. PL de custeio com alíquota suplementar de 2%,
 2. Desapropriação de prédios em desuso em favor do ICAPREV,
 3. Aporte de IRRF dos precatórios do FUNDEF e autonomia da gestão do instituto.
 4. Implementação de 1/7 avos do duodécimo da câmara,
 5. Custeio por parte do Ente da taxa administrativa do ICAPREV,
 6. Renúncia por parte do Ente do IRRF dos aposentados e pensionistas em favor do ICAPREV,
 7. Aporte de um percentual mínimo dos recursos do ICMS das energias renováveis,
 8. Aporte de um percentual mínimo do incremento de recursos próprios anual, feito ano a ano, a partir do georreferenciamento,
 9. Criação de uma comissão permanente de alinhamento do ICAPREV e
 10. Aporte do recurso da sobra da câmara ao ICAPREV.

Com em texto anterior explicado, alguns destes pontos já foram contemplados no PL votado e aprovado recentemente na Câmara dos Vereadores. Estas pautas, então, são razões de luta e continuidade para os próximos processos de negociação junto ao governo.

também os servidores da Câmara irão se aposentar pelo ICAPREV. Isso significa que haveria mais um dispositivo contábil e legal que permitisse repassar ao Instituto de previdência, do valor recebido como duodécimo, uma parte entre sete. Como proceduralmente dividindo-o em 7 partes iguais e, umas das partes destinando ao ICAPREV, ficando com as demais seis.

Numérico e didaticamente, os R\$ 6.335.000,00 previstos para o ano de 2025, seriam divididos em 7 partes, num valor igual, e ficaria uma cifra de 950.000,00 anual com 1/7 avos para o Instituto. Simples assim! O complicado nesse exercício não é o entendimento, como visto, mas a vontade política.

Nosso esforço é que haja em tempo um amadurecimento que permita essa importante ação que aponta para bons tempos de sobrevida financeira da nossa previdência e para a tranquilidade dos beneficiários.

INFORMAÇÕES EM CURTAS

Durante o mês de julho a equipe executiva do SINDSERPUMI estará em férias anuais, período no qual a sede estará em processo de reformas em seu auditório, não podendo haver atendimento presencial. Para alguma dificuldade de atendimento de caráter urgente favor entrar em contato no grupo.

Como citado acima, nosso auditório estará sem condições de ser disponibilizado para atividades extras, de outras instituições. Uma reforma no forro de gesso, que encontra-se com avarias, será realizada, com intuito de substituição total por outro material mais resistente e sem riscos de eventuais desabamentos.

O processo de progressão deste ano de 2025 relativo ao grupo ocupacional do magistério teve um total de 32 requerimentos analisados e 21 deles obtiveram aprovação para progressão, e 11 indeferidos, conforme critérios estabelecidos em Portaria e após avaliação da Comissão de Carreira. Parabéns a tod@s!

